

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
7. Proventos em Dinheiro	2

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	3
2. Balanço Patrimonial Passivo	4
3. Demonstração do Resultado	5
4. Demonstração do Resultado Abrangente	6
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	7

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 23/05/2019 À 31/12/2019	8
--------------------------------	---

9. Demonstração de Valor Adicionado	9
-------------------------------------	---

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	10
2. Balanço Patrimonial Passivo	11
3. Demonstração do Resultado	13
4. Demonstração do Resultado Abrangente	14
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	15

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 23/05/2019 À 31/12/2019	17
--	----

9. Demonstração de Valor Adicionado	18
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	63
Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	66
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	67
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	68

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	236.197.769
Preferenciais	0
Total	236.197.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / 7. Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,16349

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.106.027.024
1.01	Ativo Circulante	72.558.291
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.239.015
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.239.015
1.01.03	Contas a Receber	60.775.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	60.775.000
1.01.03.02.01	JSCP a receber	60.775.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.154.651
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.154.651
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	3.154.651
1.01.07	Despesas Antecipadas	389.625
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	389.625
1.02	Ativo Não Circulante	1.033.468.733
1.02.02	Investimentos	1.033.468.733
1.02.02.01	Participações Societárias	1.033.468.733
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.033.468.733

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.106.027.024
2.01	Passivo Circulante	16.302.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	309.152
2.01.01.01	Obrigações Sociais	87.781
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	87.781
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	221.371
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	221.371
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.601.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.601.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.731.180
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	1
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	4.870.107
2.01.05	Outras Obrigações	8.392.248
2.01.05.02	Outros	8.392.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.124.006
2.01.05.02.08	Outras obrigações	268.242
2.03	Patrimônio Líquido	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital Social	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127
2.03.04	Reservas de Lucros	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	27.439.000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	268.264.578
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.164.315
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-1.164.315
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	269.428.893
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	269.428.893
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	268.264.578
3.06	Resultado Financeiro	10.549
3.06.01	Receitas Financeiras	11.792
3.06.01.01	Receitas financeiras	11.792
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.243
3.06.02.01	Despesas financeiras	-1.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	268.275.127
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.303.791
3.08.01	Corrente	-10.303.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	257.971.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	1,15021

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente do Período	257.971.336

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-534.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.153.766
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	257.971.336
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10.303.791
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-269.428.893
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	618.831
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-2.262
6.01.02.06	Outros créditos	-389.624
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	309.152
6.01.02.09	Obrigações tributárias	433.323
6.01.02.13	Outras obrigações	268.242
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-394.657.314
6.02.06	Aporte de capital em controladas	-394.657.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	403.430.761
6.03.01	Aumento de capital	453.471.888
6.03.02	Dividendos recebidos	5.942.328
6.03.03	Dividendos pagos	-2.942.328
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	-53.041.127
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.238.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	503
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.239.015

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 23/05/2019 À 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-202.517
7.03	Valor Adicionado Bruto	-202.517
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-202.517
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	269.440.684
7.06.02	Receitas Financeiras	11.791
7.06.03	Outros	269.428.893
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	269.428.893
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	269.238.167
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	269.238.167
7.08.01	Pessoal	790.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	790.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.476.241
7.08.02.01	Federais	10.476.241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	590
7.08.03.01	Juros	590
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	215.029.218

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.879.528.915
1.01	Ativo Circulante	1.319.174.913
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	435.844.350
1.01.01.01	Caixas e equivalentes de caixa	435.844.350
1.01.03	Contas a Receber	425.833.395
1.01.03.01	Clientes	425.833.395
1.01.03.01.01	Contas a receber	425.833.395
1.01.04	Estoques	348.034.168
1.01.04.01	Estoques	348.034.168
1.01.06	Tributos a Recuperar	95.247.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	95.247.370
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	95.247.370
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.419.394
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	7.419.394
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.796.236
1.01.08.03	Outros	6.796.236
1.01.08.03.01	Instrumentos derivativos ativo	6.796.236
1.02	Ativo Não Circulante	560.354.002
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	239.188.482
1.02.01.07	Tributos Diferidos	54.199.953
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.199.953
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	184.988.529
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	13.679.969
1.02.01.10.04	Instrumentos derivativos ativo LP	2.714.703
1.02.01.10.05	Impostos a recuperar LP	168.343.857
1.02.01.10.06	Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	250.000
1.02.03	Imobilizado	311.422.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	311.422.998
1.02.03.01.01	Imobilizado	311.422.998
1.02.04	Intangível	9.742.522
1.02.04.01	Intangíveis	9.742.522
1.02.04.01.02	Intangível	9.742.522

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.879.528.915
2.01	Passivo Circulante	458.812.991
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.174.613
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.700.159
2.01.01.01.01	INSS e FGTS	9.700.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55.474.454
2.01.01.02.01	Provisão de férias e 13º salário	16.638.045
2.01.01.02.02	Obrigações trabalhistas	38.836.409
2.01.02	Fornecedores	36.421.391
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.460.031
2.01.02.01.01	Nacionais	21.460.031
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	14.961.360
2.01.02.02.01	Estrangeiros	14.961.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	86.777.748
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.150.238
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	662.668
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a pagar	15.918.967
2.01.03.01.03	IPi a pagar	19.930.349
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais a pagar	15.638.254
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	34.530.473
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	33.697.498
2.01.03.02.02	Outras obrigações estaduais a pagar	832.975
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	97.037
2.01.03.03.01	ISS a pagar	97.037
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	190.934.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	190.934.035
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.522.565
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	100.411.470
2.01.05	Outras Obrigações	79.505.204
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.910
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	87.910
2.01.05.02	Outros	79.417.294
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.124.006
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	14.855.732
2.01.05.02.05	Arrendamentos de direito de uso a pagar	24.118.716
2.01.05.02.07	Parcelamento de tributos	457.071
2.01.05.02.08	Outras obrigações	31.861.769
2.02	Passivo Não Circulante	330.991.588
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	79.419.832
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	79.419.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	65.166.667
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.253.165
2.02.02	Outras Obrigações	236.337.959
2.02.02.02	Outros	236.337.959
2.02.02.02.04	Arrendamentos de direito de uso a pagar LP	225.280.788
2.02.02.02.07	Parcelamento de tributos LP	1.864.545

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.09	Obrigações Trabalhistas LP	9.192.626
2.02.04	Provisões	15.233.797
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.233.797
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.652.749
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.926.207
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.654.841
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.089.724.336
2.03.01	Capital Social Realizado	1.052.340.082
2.03.01.01	Capital social	1.105.381.209
2.03.01.02	(-) Custo de emissão de ações	-53.041.127
2.03.04	Reservas de Lucros	37.384.254
2.03.04.01	Reserva Legal	2.644.369
2.03.04.02	Reserva Estatutária	7.300.885
2.03.04.10	Reserva de Lucros	27.439.000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	749.666.952
3.01.01	Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados	749.666.952
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-215.869.110
3.02.01	custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-215.869.110
3.03	Resultado Bruto	533.797.842
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-240.875.303
3.04.01	Despesas com Vendas	-224.147.606
3.04.01.01	Com vendas	-224.147.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-121.398.384
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-121.398.384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	104.838.499
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	104.838.499
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-79.365
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-79.365
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-88.447
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	-88.447
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	292.922.539
3.06	Resultado Financeiro	24.320.195
3.06.01	Receitas Financeiras	64.709.275
3.06.01.01	Receitas financeiras	64.709.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.389.080
3.06.02.01	Despesas financeiras	-40.389.080
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	317.242.734
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-59.271.398
3.08.01	Corrente	-60.151.083
3.08.02	Diferido	879.685
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	257.971.336
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	257.971.336
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	257.971.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	1,15021

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	257.971.336
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	257.971.336
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	257.971.336

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.509.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.444.963
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	257.971.336
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29.133.375
6.01.01.03	Encargos e cariação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11.973.358
6.01.01.04	Encargos sobre arrendamento direito de uso e locação	14.443.292
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	59.271.398
6.01.01.06	Provisão para perda de estoque	2.219.959
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-427.926
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	88.447
6.01.01.09	Juros sobre parcelamento de tributos	111.951
6.01.01.10	Baixa de ativo imobilizado e intangível	225.028
6.01.01.11	Créditos tributários	-103.657.987
6.01.01.12	Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	-58.943.543
6.01.01.13	Perdas esperadas de crédito	36.275
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-98.040.712
6.01.02.01	Contas a receber	-230.129.735
6.01.02.02	Partes relacionadas	24.282.853
6.01.02.03	Estoques	19.089.766
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-4.241.797
6.01.02.05	Depósitos judiciais	396.374
6.01.02.06	Outros créditos	6.510.664
6.01.02.07	Fornecedores	-1.757.861
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	30.325.485
6.01.02.09	Obrigações tributárias	38.437.682
6.01.02.10	Arrendamentos a pagar	5.266.400
6.01.02.11	Parcelamento de tributos	-527.186
6.01.02.12	Contingências pagas	-1.125.108
6.01.02.13	Outras obrigações	15.431.751
6.01.03	Outros	-48.894.426
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-39.700.230
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-9.194.196
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.749.293
6.02.01	Alocações financeiras	604.869
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-34.363.547
6.02.03	Aquisição de intangível	-4.470.085
6.02.04	Concessão de empréstimos e partes relacionadas	-2.000.000
6.02.05	Venda de imobilizado	11.608.658
6.02.07	Alienação de investimentos	1.870.812
6.02.08	Recebimento empréstimos de partes relacionadas	2.000.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	364.186.406
6.03.01	Aumento de capital	453.472.391
6.03.03	Dividendos pagos	-2.942.328
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	112.635.581
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-115.665.393
6.03.06	Liquidação contratos de Swap	1.095.495

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
6.03.07	Amortização de arrendamento direito de uso	-31.368.213
6.03.08	(-) Custo emissão de ações	-53.041.127
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	404.946.938
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.897.412
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	435.844.350

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 23/05/2019 À 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.052.340.082	0	0	0	0	1.052.340.082	0	1.052.340.082
5.04.01	Aumentos de Capital	453.472.391	0	0	0	0	453.472.391	0	453.472.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-53.041.127	0	0	0	0	-53.041.127	0	-53.041.127
5.04.08	Aporte de capital Cesão de quotas das controladas	651.908.818	0	0	0	0	651.908.818	0	651.908.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.384.254	0	37.384.254	0	37.384.254
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	257.971.336	0	257.971.336	0	257.971.336
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-220.587.082	0	-220.587.082	0	-220.587.082
5.05.02.06	Lucros não realizados	0	0	0	-205.083.964	0	-205.083.964	0	-205.083.964
5.05.02.07	Dividendos distribuídos	0	0	0	-2.942.328	0	-2.942.328	0	-2.942.328
5.05.02.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-12.560.790	0	-12.560.790	0	-12.560.790
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.384.254	-37.384.254	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.644.369	-2.644.369	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva estatutária	0	0	7.300.885	-7.300.885	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo adicional de Juros sobre capital	0	0	27.439.000	-27.439.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.052.340.082	0	37.384.254	0	0	1.089.724.336	0	1.089.724.336

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 23/05/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.067.913.322
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	963.142.020
7.01.02	Outras Receitas	104.771.302
7.01.02.01	Outras receitas	104.735.027
7.01.02.02	Perdas esperadas de créditos	36.275
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-343.803.141
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-200.106.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-143.696.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	724.110.181
7.04	Retenções	-29.133.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.133.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	694.976.806
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.620.828
7.06.02	Receitas Financeiras	64.709.275
7.06.03	Outros	-88.447
7.06.03.01	Participação nos lucros de controladas/coligadas	-88.447
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	759.597.634
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	759.597.634
7.08.01	Pessoal	160.164.379
7.08.01.01	Remuneração Direta	133.275.790
7.08.01.02	Benefícios	17.841.309
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.047.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	290.289.937
7.08.02.01	Federais	140.078.838
7.08.02.02	Estaduais	148.906.949
7.08.02.03	Municipais	1.304.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.171.982
7.08.03.01	Juros	36.707.099
7.08.03.02	Aluguéis	12.563.465
7.08.03.03	Outras	1.901.418
7.08.03.03.01	Royalties	1.901.418
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	257.971.336
7.08.04.02	Dividendos	42.942.118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	215.029.218

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

São Paulo, 23 de março de 2020 – Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias do Brasil, apresenta hoje seus resultados do ano de 2019.

Para garantir a comparabilidade entre os períodos, as informações financeiras e operacionais, acumuladas de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, reportadas no Relatório da Administração a seguir, referem-se à combinação dos negócios da indústria, por meio da subsidiária Conipa e do varejo, através da subsidiária Tellerina.

Já as Demonstrações Financeiras trazem as informações individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A., acumuladas entre 23 de maio de 2019, quando da sua constituição, até 31 de dezembro de 2019. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB” e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Vivara foi criada em 1962 e desde então passou por vários ciclos de renovação. Nesses quase 60 anos de existência, começamos como uma pequena joalheria no centro de São Paulo e chegamos aos principais shoppings do país, como uma marca presente na mente e na vida dos brasileiros. Depois do movimento inicial de expansão, tivemos o grande desafio de nos consolidar e buscar novas avenidas de crescimento – chegamos à todas as regiões do Brasil e diversificamos nosso portfólio, por meio de novas categorias de produtos e novas marcas. Ganhamos escala na produção de peças e fortalecemos a nossa marca.

Iniciamos 2019 com um planejamento arrojado em mente, que nos colocaria em uma posição privilegiada para aproveitarmos a oportunidade de consolidação que temos à nossa frente. Iniciamos a preparação da nossa oferta pública de ações já no início do ano. Dedicamos time, tempo e esforço ao projeto. No dia 10 de outubro tocamos o sino da B3, e marcamos o início da nossa jornada como companhia pública.

As vezes nos perguntam, o que mudou para nós desde o IPO? Ganhamos sócios, acionistas com os quais passamos a nos relacionar, montamos um conselho de administração de alto nível, que reúne membros com habilidades distintas e complementares, formando um time multidisciplinar com o qual passamos a compartilhar as nossas decisões estratégicas. A forma de conduzir os negócios, mudou pouco, continua focada nos mais altos padrões de controle e rigidez na operação, afinal, esses foram os principais elementos que nos trouxeram até aqui.

Atingimos resultados importantes no ano: a receita bruta foi de R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior. Avançamos 0,3 p.p. na nossa rentabilidade bruta, atingindo 68,1% mesmo com o aumento do preço da matéria-prima a margem EBITDA ajustada foi de 23,2%, mesmo com a aceleração da expansão e aumento da estrutura administrativa.

Nosso histórico de crescimento consistente nos dá confiança na execução do desafio de acelerar nossa expansão orgânica nos próximos cinco anos. Mas nada disso é possível sem um time engajado e disposto a fascinar nossos clientes, oferecendo os presentes certos para todas as ocasiões. Neste ano reforçamos nossas equipes, encerramos o ano com 3.243 colaboradores diretos, crescimento de 10,0% em relação ao ano anterior. O volume de treinamento também cresceu, foram 54 horas de treinamento por colaborador, acima das 31 horas do ano anterior. Nossa plataforma de e-learning ganhou novos cursos, alinhados às novas demandas do consumidor e focados em

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**VIVARA**

suportar nosso time de vendedoras para garantir a melhor experiência aos clientes. E as nossas 20 lojas escola seguem formando equipes de alta performance, garantindo que, nesse próximo ciclo de crescimento, nossos valores corporativos sejam preservados.

Avançamos também nas práticas sustentáveis, transversais ao nosso negócio. Estruturamos a área de sustentabilidade e nos tornamos membros da IRMA - Iniciativa para a Garantia de Mineração Responsável, um esforço multissetorial global com mais de 10 anos de atuação na busca por um padrão pioneiro para mineração responsável, lançado em 2018. Também nos tornamos signatários do Pacto Global da ONU e dos Princípios de Empoderamento Feminino da ONU Mulheres, e somos a única joalheria brasileira membro do Responsible Jewellery Council, organização mundial que busca difundir as melhores práticas sustentáveis entre empresas do setor.

Nosso parque de lojas também evoluiu bastante ao longo de 2019. Inauguramos 31 pontos de venda e atingimos a marca de 253 lojas em operação em todas as regiões do País.

Olhando atentamente para as transformações do varejo e dos hábitos de consumo, seguimos empenhados em investir na constante atualização do modelo de negócio, na evolução de uma cadeia transparente, moderna e sustentável e em oferecer aos nossos clientes uma experiência de consumo diferenciada, com um mix de produtos versátil, por meio das marcas Vivara e Life by Vivara – combinando qualidade e design.

A conveniência do canal digital também se torna foco de investimento para nós. Já somos omnichannel e vamos aumentar ainda mais essa integração dos canais online e offline, transformando nossas lojas físicas em centros de distribuição, através da integração dos nossos estoques.

Estamos acompanhando atentamente os desdobramentos recentes relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais. A Companhia vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

Reforçamos, sobretudo, que temos solidez financeira, com alta liquidez imediata e recursos matérias para atravessar esse período desafiador.

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes pela confiança em nossa Companhia.

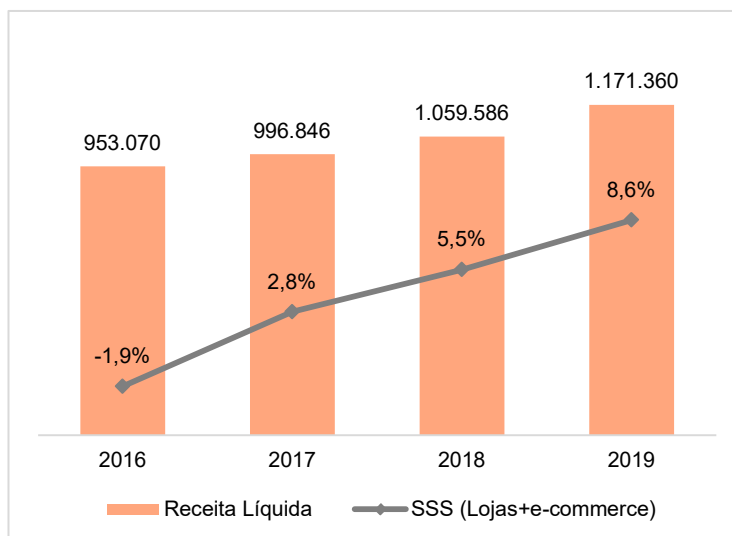
Marcio Kaufman

Diretor-Presidente

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO FINANCEIRO

A receita bruta, líquida de devoluções da Companhia cresceu 9,8% em 2019, impulsionada pelos 31 novos pontos de vendas, bem como pela operação das lojas maduras. Isoladamente, a receita das lojas físicas expandiu 10,2%, com o SSS de 7,5%, considerando o e-commerce o SSS foi de 8,6%. O desempenho foi impulsionado pelo maior volume de peças vendidas, principalmente no primeiro semestre. Os repasses de preços iniciados a partir do terceiro trimestre também se refletiram nesse desempenho.



A receita líquida do período atingiu R\$ 1.171,4 milhão, 10,5% acima do ano anterior. No ano, a composição do crescimento total de vendas ficou distribuída em 50% volume e 50% preço.

O e-commerce cresceu 20,6% e atingiu 7,1% de participação nas vendas totais da Companhia, um incremento de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior, reflexo da adequada estratégia de marketing digital, que trouxe mais fluxo de clientes e aumento nos pedidos faturados.

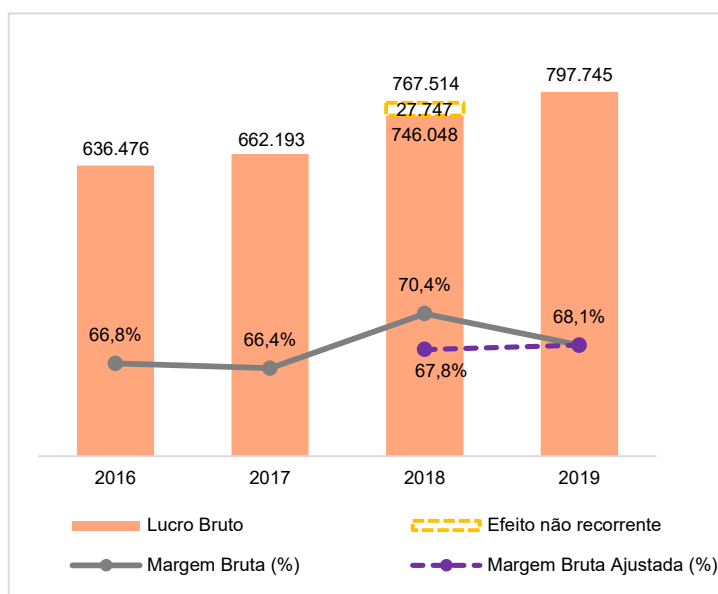
A evolução de 10,2% da receita das lojas físicas, que incluem as Lojas Vivara, Life e Quiosques, reflete o bom ritmo de vendas dos itens de coleções, tanto de joias, quanto de Life, que seguem ganhando participação no mix. As vendas dos canais físicos foram impulsionadas, principalmente, pelas Lojas Vivara, que isoladamente cresceram 10,8%.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto de 2019 totalizou R\$ 797,8 milhões, crescimento de 6,9% comparado ao mesmo período do ano anterior, com recuo de 2,3 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,1%. A Margem Bruta registrada reflete a boa aceitação das coleções lançadas no período, com maior participação de joias no mix de vendas.

Esse resultado mostra uma importante evolução na margem ao longo do ano, reduzindo, no segundo semestre, a pressão registrada na primeira metade do ano, reflexo da adequada estratégia de precificação da Companhia.

Excluído o efeito não recorrente de R\$ 27,7 milhões em 2018, referente a diferenças de mark-up das transações intercompany, a Margem Bruta de 2019 expandiu 0,3 p.p., na comparação com o ano anterior.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

VIVARA

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mil)	2019	2018	Δ %
Despesas Operacionais	(498.066)	(480.449)	3,7%
<i>Despesas Operacionais/Receita Líquida (%)</i>	<i>-42,5%</i>	<i>-45,3%</i>	<i>2,8 p.p.</i>
Despesas com Vendas	(360.069)	(369.790)	-2,6%
<i>Despesas com Vendas/Receita Líquida (%)</i>	<i>-30,7%</i>	<i>-34,9%</i>	<i>4,2 p.p.</i>
Despesas Gerais e Administrativas	(137.997)	(110.659)	24,7%
<i>Despesas Gerais e Administrativas/Receita Líquida (%)</i>	<i>-11,8%</i>	<i>-10,4%</i>	<i>(1,3 p.p.)</i>
Outras Despesas Operacionais	107.442	7.114	1410,3%
Total de Despesas	(390.624)	(473.336)	-17,5%

Em 2019, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas – ex-depreciação) cresceram 3,7% em relação ao ano anterior, refletindo a adoção do IFRS 16, que reduziu esta conta em R\$ 47,6 milhões, além de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO. Em bases comparáveis, as Despesas Operacionais teriam aumentado 10,4%, para R\$ 530,4 milhões, representando 45,3% da Receita Líquida do período.

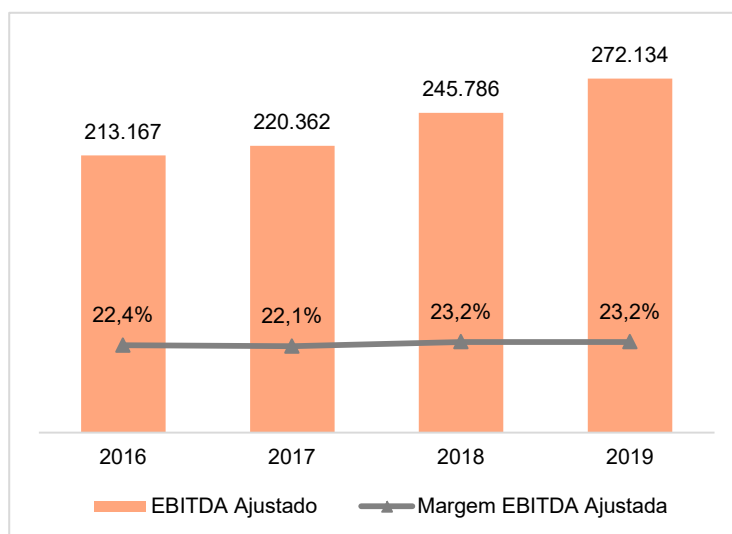
As Despesas com Vendas ficaram 2,6% menores que no ano anterior, em função da adoção do IFRS 16, conforme mencionado acima. Em bases comparáveis, estas despesas cresceram 9,4% no período, explicado (i) pelo reconhecimento de despesas pré-operacionais das novas lojas, principalmente, nas linhas de pessoal e aluguéis e condomínios; e (ii) pelo crescimento das despesas com fretes, principalmente, reflexo do aumento da operação de e-commerce, e da adição de mais pontos de vendas ao parque. Outras despesas com vendas foram impactadas pelo aumento dos tributos, referente ao diferencial de alíquota de ICMS interestadual.

As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 24,7%, principalmente, (i) pelo aumento das despesas com serviços de terceiros pela contratação de consultorias voltadas para suportar a estratégia de da Companhia; (ii) pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo, para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa; e (iii) pelo reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes, referentes ao IPO.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2019 foram de R\$ 107,4 milhões comparativamente a R\$ 7,1 milhões em 2018, em razão do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS, referente à habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019. O montante equivalente ao principal totalizou R\$ 103,7 milhões.

EBITDA Ajustado

Como consequência do bom ritmo de vendas e a correta composição de estoque, a Companhia registrou R\$ 272,1 milhões de EBITDA Ajustado, crescimento de 10,7%, em relação ao ano anterior, com margem de 23,2%, estável entre os períodos.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho**VIVARA****Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro Líquido do ano 2019 foi de - R\$ 2,5 milhões comparativamente a -R\$ 36,1 milhões em 2018, efeito do reconhecimento de - R\$ 24,8 milhões de encargos de Encargos sobre arrendamentos de direito de uso, bem como do pelo impacto não recorrente de R\$ 53,7 milhões na correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Excluindo os dois efeitos o resultado financeiro foi negativo em -R\$ 31,3 milhões, 13,2% menor que no ano anterior, em razão do menor custo de financiamento, bem como pelo rendimento do montante captado na oferta pública de ações em outubro de 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda e contribuição social do ano foi de R\$ 40,9 milhões comparativamente a R\$ 23,0 milhões em 2018. A alíquota efetiva de 11,4% em 2019 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 40,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ mil)	2019	2018	Δ %
Lucro Líquido	318.251	198.435	60,4%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>27,2%</i>	<i>18,7%</i>	<i>8,4 p.p.</i>
Efeitos não recorrentes	(101.262)	(18.313)	na
Lucro Líquido Recorrente	216.989	180.122	20,5%
Efeito líquido do IFRS 16	7.717	-	na
Lucro Líquido Ajustado	224.706	180.122	24,8%
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	<i>19,2%</i>	<i>17,0%</i>	<i>2,2 p.p.</i>

(1) Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medição, a Companhia excluiu o efeito não recorrente referente a ação do ICMS na base de PIS/Cofins, o efeito não-recorrentes de despesas do IPO, bem como o efeito da adoção do IFRS 16, a partir de

A Companhia atingiu Lucro Líquido de R\$ 318,3 milhões em 2019, crescimento de 60,4 em relação ao ano anterior, em razão do reconhecimento de itens não recorrentes no período. Em bases comparáveis, excluindo o efeito da adoção do IFRS 16, que afetou negativamente o resultado líquido em R\$ 7,7 milhões, bem como os itens não recorrentes líquidos do período, que beneficiou o resultado em R\$ 101,3 milhões, lucro líquido do ano atingiu R\$ 224,7 milhões, crescimento de 24,8%, em relação a

2018, consequência da melhoria do resultado operacional do período.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2020, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 23 de maio a 31 de dezembro de 2019.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**VIVARA**

independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Deloitte não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2019.

São Paulo, 23 de março de 2020.

A Diretoria

Notas Explicativas

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE 23 DE MAIO (DATA DA CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. ("Vivara Participações" ou "Companhia") é a "holding" que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. ("Tellerina") e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. ("Conipa"). Os controladores da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 20.

A Vivara Participações tem sua sede social na cidade de São Paulo - SP, e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista, ou acionista, holding de instituições não financeiras e agente de propriedade intelectual. A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias das atuais controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 são atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas.

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeira "VIVARA", a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de "design" e de conserto de joias em geral. Em 31 de dezembro de 2019 a Tellerina, possuía 197 lojas e 56 quiosques em operação no Brasil.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógio/s.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Notas Explicativas

2.2. Declaração de conformidade/

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

2.3. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 10 e nº 11 - vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível.
- Nota explicativa nº 16 - valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.
- Nota explicativa nº 17 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 20.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

<u>Controladas</u>	<u>% de participação</u>
Tellerina	99,99
Conipa	99,99

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**a) Critério de reconhecimento de receita**

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são /reconhecidas no resultado financeiro.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

c) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Consolidado			
CPC 48/IFRS 9			
Ativos	Nota explicativa	Categoria	Valores contábeis
Caixa e equivalentes de caixa	5	Custo amortizado	435.844
Contas a receber	7	Custo amortizado	425.833
Instrumento derivativo - "swap"	30	VJR	<u>9.511</u>
Total ativos financeiros			<u>871.188</u>
Fornecedores	13	Custo amortizado	36.421
Empréstimos	17	Custo amortizado	270.354
Passivo de arrendamentos direito de uso	29	Custo amortizado	<u>249.400</u>
Total passivos financeiros			<u>556.175</u>

Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge".

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

d) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

f) Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e

Notas Explicativas

são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

g) Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. São amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil - anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	4 a 10
Veículos	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

i) Intangível

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

j) Investimento

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Notas Explicativas S.A. e Controladas

l) Provisões

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

m) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Incentivos fiscais - lucro da exploração

Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

o) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

p) Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS PELO CPC E IASB E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, que substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Arrendamentos, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso, a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente.

Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas da Companhia.

A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável.

A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis.

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis.

O prazo do arrendamento é o período legalmente aplicável do contrato e levou em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

Os fluxos de pagamentos de aluguéis, considerando a parcela bruta sem descontar os créditos de PIS e COFINS, são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa de desconto que corresponde às cotações de mercado nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento e equivalente às captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas. A taxa de desconto foi construída pela taxa nominal de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias de conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas detém 258 (235 em 31 de dezembro de 2018) contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional e destes, 178 (165 em 2018) contratos foram classificados como direito de uso de locação.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração considerou como componente de arrendamentos somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, líquido de impostos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a "razoável certeza" da renovação.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018, o CPC/IASB emitiu a ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro. Esse pronunciamento contábil tem vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia mantém discussão judicial referente a processos que envolvem o reconhecimento de créditos de imposto de renda e contribuição social gerados na apuração do lucro real de exercícios anteriores no montante de R\$9.913 que já foram compensados no pagamento de outros impostos e contribuições. A Administração entende que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal adotado, por isso o valor envolvido é informado na nota explicativa nº 17 no montante de processos com classificação de risco de perda como "possível". Não há outros valores em discussões que possam impactar de forma material a adoção desse pronunciamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Caixa	-	5.693
Bancos conta movimento	8.239	39.122
Aplicações financeiras (*)	-	391.029
Total	<u>8.239</u>	<u>435.844</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras são representadas por:
(i) aplicações automáticas no valor de R\$6.481 remuneradas à taxa de 10% da variação do CDI; e (ii) operações compromissadas, no montante de R\$384.548, remuneradas à taxa média ponderada de 93,9% do CDI.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

6. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Operadoras de cartões	418.610
Cheques a compensar	2.280
Boletos	5.712
Subtotal	<u>426.602</u>
Provisão para perdas esperadas de crédito	(769)
Total	<u><u>425.833</u></u>

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Vencidos:	
De 1 a 30 dias	1.985
De 31 a 60 dias	15
De 61 a 90 dias	36
De 91 a 120 dias	4
De 121 a 150 dias	15
De 151 a 180 dias	7
Acima de 180 dias	666
A vencer:	
De 1 a 30 dias	123.974
De 31 a 60 dias	77.586
De 61 a 90 dias	67.105
De 91 a 120 dias	44.099
De 121 a 150 dias	34.141
De 151 a 180 dias	22.983
Acima de 180 dias	53.986
Total	<u><u>426.602</u></u>

A Administração mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente às perdas de crédito esperadas durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	(805)
Complementos	(143)
Reversões	179
Saldo no fim do período	<u><u>(769)</u></u>

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

7. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Produtos acabados	235.610
Matérias-primas	76.506
Material de consumo e embalagens	8.169
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	33.130
Provisão para perdas	<u>(5.381)</u>
Total	<u>348.034</u>

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes.

São considerados como de giro lento os produtos não vendidos em até um ano.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	(3.161)
Complementos	(3.030)
Reversões	<u>810</u>
Saldo no fim do período	<u>(5.381)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	-	34.141
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	24.146
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	49.509
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	148.221
Outros	<u>3.155</u>	<u>7.574</u>
Total	<u>3.155</u>	<u>263.591</u>
Ativo circulante	3.155	95.247
Ativo não circulante	-	<u>168.344</u>
Total	<u>3.155</u>	<u>263.591</u>

(a) IRPJ e CSLL

O crédito de IRPJ e CSLL foi apurado através da exclusão da sua base de cálculo do incentivo de ICMS da Zona Franca de Manaus, referente ao período de 2014 a 2016.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
2020	11.497
2021	28.074
2022	18.716
Total	<u>58.287</u>

(b) ICMS

Os valores a recuperar de longo prazo são créditos de ICMS gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, a Companhia solicitou Regime Especial visando a não aplicação das Margens de Valor Agregado previstas no Anexo 12 do Decreto nº 44.650/2017; e caso não sejam acolhidas as preliminares, requer-se concessão de Regime Especial para recolhimento do ICMS devido por antecipação da seguinte forma: no primeiro ano: margem de valor agregado fixada em 5%; no segundo ano: margem de valor agregado fixada em 10%; e no terceiro ano: margem de valor agregado fixada em 20%.

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
2020	8.194
2021	14.171
2022	10.661
2023	7.116
2024	4.699
2025 em diante	4.668
Total	<u>49.509</u>

(c) PIS e COFINS

Reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito deferida pela Receita Federal em novembro de 2019 e cuja certidão de trânsito em julgado foi emitida em 15 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado totaliza R\$157.358, dos quais R\$103.658 correspondente ao valor do principal e R\$53.700 à atualização monetária, conforme descrito nas notas explicativas nº 24 e nº 25, respectivamente.

A partir de novembro de 2019, após a habilitação do crédito pela Receita Federal, a Tellerina compensou impostos federais no montante de R\$11.274.

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar contemplam créditos originados em outras operações e atualização monetária no montante de R\$2.137.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

A expectativa da realização dos créditos de PIS e COFINS é demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
2020	63.275
2021	69.188
2022	<u>15.758</u>
Total	<u><u>148.221</u></u>

9. INVESTIMENTO

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Participação no capital social</u>	<u>Investimento</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>
Tellerina	466.458	99,99%	466.458	115.458
Conipa	<u>567.011</u>	99,99%	<u>567.011</u>	<u>153.971</u>
Total controladas diretas	<u><u>1.033.469</u></u>		<u><u>1.033.469</u></u>	<u><u>269.429</u></u>

a) Investimentos em controladas

A Companhia foi constituída em 23 de maio de 2019 e conforme instrumento de conferência de participação societária de 15 de junho de 2019, foi realizado o aporte das participações societárias da participação nas controladas Tellerina e Conipa. Todos os direitos e obrigações, de qualquer natureza, incluindo os efeitos e resultados patrimoniais da referida conferência de participação societária, a partir de 1º de junho de 2019 são atribuídos à Vivara Participações, conforme documento de anuência assinado pelos acionistas.

31 de dezembro de 2019

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>
Saldo no início do período	-
Aporte de capital - cessão de cotas	651.909
Lucro não realizado em operações de controladas, líquido dos impostos	(205.084)
Resultado de equivalência patrimonial	269.429
Aporte de capital nas controladas	394.657
Dividendos distribuídos	(5.942)
Juros sobre capital próprio a receber	<u>(71.500)</u>
Saldo no fim do período	<u><u>1.033.469</u></u>

b) Investimentos em coligadas

O Grupo Vivara vendeu para a Telop Participações Ltda. sua participação societária na coligada PP-NMM Administração de Bens Ltda. ("PP-NMM") pelo valor patrimonial de sua participação no montante de R\$1.871. A PP-NMM tem como objeto social a aquisição e administração de bens próprios e de terceiros, para uso próprio e de terceiros, incluindo sem limitação, aeronaves.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado		
		31/12/2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	73.778	(45.045)	28.733
Móveis e utensílios	10	37.966	(19.266)	18.700
Máquinas, equipamentos e instalações	10	23.329	(10.858)	12.471
Veículos	20	1.443	(1.343)	100
Equipamentos de Informática	20	18.831	(13.859)	4.972
Terrenos	-	350	-	350
Ativo de direitos de uso	10 a 25	274.996	(30.522)	244.474
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento (*)	-	1.820	-	1.820
Total		432.513	(120.893)	311.620

(*) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, e as reformas significativas nos já existentes, que posteriormente são transferidos para a linha de benfeitorias em imóveis de terceiros com a inauguração ou reabertura desses pontos de venda.

A Administração da Companhia não identificou indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	31/05/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	56.931	11.565	(7)	5.289	73.778
Móveis e utensílios	32.893	4.398	(7)	682	37.966
Máquinas, equipamentos e instalações	17.353	5.650	(5)	331	23.329
Veículos	1.431	12	-	-	1.443
Equipamentos de informática	16.447	2.232	-	152	18.831
Terrenos	350	-	-	-	350
Ativo de Direito de uso	232.816	39.389	-	2.791	274.996
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento	560	10.505	-	(9.245)	1.820
Total	358.781	73.751	(19)	-	432.513
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(41.228)	(3.818)	1	-	(45.045)
Móveis e utensílios	(17.555)	(1.718)	7	-	(19.266)
Máquinas, equipamentos e instalações	(10.010)	(851)	3	-	(10.858)
Veículos	(1.318)	(25)	-	-	(1.343)
Ativo de direitos de uso	(11.268)	(19.254)	-	-	(30.522)
Equipamentos de informática	(13.091)	(768)	-	-	(13.859)
Total	(94.470)	(26.434)	11	-	(120.893)
Total	264.311	47.317	(8)	-	311.620

As adições no montante R\$39.859 no período referente ao ativo de direito de uso se refere a remensuração dos contratos em função do período de reajuste contratual e não representam efeito no caixa no momento de sua adição ao imobilizado.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

11. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>			<u>31/12/2019</u>
	<u>31/05/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	
Custo:				
Pontos comerciais	30.906	-	(361)	30.545
Sistemas de informática em implantação	-	1.874	-	1.874
Sistema de informática	15.046	2.596	-	17.642
	<u>45.952</u>	<u>4.470</u>	<u>(361)</u>	<u>50.061</u>
Amortização:				
Pontos comerciais	(28.131)	(1.014)	144	(29.001)
Sistema de informática	(9.829)	(1.685)	-	(11.514)
	<u>(37.960)</u>	<u>(2.699)</u>	<u>144</u>	<u>(40.515)</u>
Total	<u>7.992</u>	<u>1.771</u>	<u>(217)</u>	<u>9.546</u>

12. FORNECEDORES

O saldo é constituído em quase sua totalidade por compra de matéria-prima e mercadorias para revenda, com prazo médio de pagamento de 90 dias.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores nacionais	21.460
Fornecedores estrangeiros	14.961
Total	<u>36.421</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de férias	-	16.638
Salários	128	15.218
Bônus (*)	-	26.999
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	-	2.300
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	88	7.400
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	93	5.265
Outras	-	547
Total	<u>309</u>	<u>74.367</u>
Passivo circulante		65.174
Passivo não circulante		9.193
Total		<u>74.367</u>

(*) Inclui valores de bônus e premiações relacionadas à Oferta Pública de Ações no montante de R\$15.381 que serão pagos em 6 parcelas anuais, a partir de junho de 2020.

Os montantes classificados no passivo não circulante possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

Consolidado

Notas Explicativas S.A. e Controladas

Ano	31/12/2019
2021	2.239
2022	2.239
2023	2.239
2024	1.239
2025	1.239
Total	<u>9.195</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
ICMS	-	33.698
IPI (*)	-	19.930
PIS e COFINS	-	15.919
IRPJ e CSLL	2.731	155
IRRF s/Juros sobre o capital próprio	4.437	15.162
Outras	433	1.914
Total	<u>7.601</u>	<u>86.778</u>

(*) A controlada Tellerina deixou de recolher o IPI apurado mensalmente desde a competência de julho de 2014 devido a liminar obtida com essa finalidade no tocante à incidência no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno, ante a equiparação do importador ao industrial, quando o primeiro não o beneficia no campo industrial. O montante em questão está atualizado monetariamente considerando a SELIC.

15. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
ICMS (a)	518
REFIS federal - Lei nº 12.996/14 (c)	683
REFIS federal - PERT (d)	<u>1.120</u>
Total	<u>2.321</u>
Passivo circulante	457
Passivo não circulante	<u>1.864</u>
Total	<u>2.321</u>

(a) Representado por débitos dos exercícios de 2014 a 2017, com o Distrito Federal e os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, cujo período de parcelamento é de 60 meses para Distrito Federal e São Paulo, 48 meses para Mato Grosso e 36 meses para Mato Grosso do Sul. O parcelamento com o Distrito Federal foi liquidado em março de 2019 e o novo parcelamento é com o Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

- (b) Em novembro de 2009, A Administração aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, para parcelamento de débitos previdenciários e outros débitos fiscais, relativos ao exercício de 2009, optando pelo pagamento em 180 meses. Em agosto de 2017 a Administração optou pela desistência parcial desse parcelamento, apenas dos vinculado a RFB, para inclusão do débito remanescente no Programa Especial de Regularização Tributário - PERT. O parcelamento foi liquidado de forma antecipada em dezembro de 2019.
- (c) Em novembro de 2014, a Administração aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela Lei nº 12.996/14, para parcelamento de débitos de imposto de renda e contribuição social relativos ao exercício de 2009, optando pelo pagamento em 120 meses.
- (d) Em agosto de 2017 a Administração aderiu ao Programa Especial de Regularização tributário - PERT, instituído Lei nº 13.496/17, para débitos remanescentes de outros parcelamentos federais. Em agosto de 2018 ocorreu a consolidação dos parcelamentos perante a Receita Federal do Brasil.

A movimentação dos parcelamentos de tributos está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	2.737
Adições	240
Atualizações monetárias	112
Pagamentos	(768)
Saldo no fim do período	<u>2.321</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
2020	457
2021	308
2022 em diante	1.556
Total	<u>2.321</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**a) Composição dos saldos**

<u>Instituição e modalidade</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
<u>Em moeda local</u>			
Banco do Brasil - Capital de giro	CDI +2% a.a.	09/2022	44.156
Banco do Brasil - Capital de giro	CDI +1,9% a.a.	06/2021	40.204
Banco Safra - Capital de giro	120% da taxa média diária do CDI	04/2020	39.075
Banco Safra - Capital de giro	120% da taxa média diária do CDI	01/2023	30.051
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	URTJLP/UMIPCA-M184/Prefixado - 0,49% a.m. a 0,81% a.m.	08/2020	2.203
Total de empréstimos em moeda local			<u>155.689</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>			
Banco Santander - Resolução 4131	LIBOR +0,75% a.m.	09/2020	24.419
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 4,675% a.a.	06/2021	42.921
Banco Itaú - Resolução 4131	Prefixado 0,54% a.a.	03/2020	47.325
Total empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira			<u>114.665</u>

Notas Explicativas S.A. e Controladas

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado 31/12/2019
Total de empréstimos e financiamentos			270.354
<u>Instrumentos derivativos ativo - contratos de "swap"</u>			
Banco Itaú - Derivativo Swap	US\$5,5% a.a.	06/2021	(8.115)
Banco Itaú - Derivativo Swap	EUR 0,72% a.a.	03/2020	(1.396)
Total de Instrumentos derivativos ativo - contratos de "swap"			(9.511)
Total de empréstimos e financiamentos, líquido			260.843
Ativo circulante			(6.796)
Ativo não circulante			(2.715)
Passivo circulante			190.934
Passivo não circulante			79.420
Total			260.843

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado 31/12/2019
Saldo no início do período	259.998
Captações	112.636
Amortizações de principal	(115.665)
Liquidação contratos derivativos swap	2.821
Pagamento de juros	(10.920)
Fluxo de caixa de financiamento	(11.128)
Juros incorridos	8.962
Encargos financeiros de "swap" incorridos	(947)
Variação cambial	3.958
Variações que não envolvem caixa	11.973
Saldo no fim do período	260.843

Em 31 de dezembro de 2019, os montantes líquidos classificados no ativo e no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado 31/12/2019
De 1 a 2 anos	49.538
De 2 a 3 anos	27.167
Total	76.705

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a uma cláusula restritiva ("covenant"), que prevê como obrigação da Companhia o envio das demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por auditores independentes, aceita pela entidade bancária que cedeu o empréstimo, e o enquadramento nas condições a seguir:

O índice de endividamento líquido sobre o EBITDA deve ser menor que 2x em 2019 e 2020. O cálculo deve ser efetuado com base das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que foi concluída alteração contratual para excluir desse cálculo a parte relacionada Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. ("Etna").

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

A Copmanhia, com a Etna, tinha entre si ajustados a prática de avais cruzados nos contratos de empréstimos e financiamentos. Acordaram as companhias em desfazer estas garantias no decorrer do ano de 2019. As negociações com as instituições financeiras foram finalizadas e formalizadas e a Companhia não é avalistas dos contratos da empresa Etna. Para alteração dos avalistas nos contratos com o Banco do Brasil houve cobrança de tarifa no montante de R\$1.554.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo estava adimplente com as referidas cláusulas.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Provisão				
Saldo em 31 de maio de 2019	2.231	1.078	13.477	16.786
Adições	689	4.377	2.775	7.841
Pagamentos	(258)	(867)	-	(1.125)
Reversões	(1.007)	(661)	(6.600)	(8.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.655</u>	<u>3.927</u>	<u>9.652</u>	<u>15.234</u>
Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de maio de 2019	-	1.241	12.314	13.555
Adições	-	543	55	598
Atualização monetária	-	271	189	460
Resgates	-	(411)	(522)	(933)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>1.644</u>	<u>12.036</u>	<u>13.680</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre a toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

(b) Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

(c) Processos tributários

Correspondem, em grande parte, a discussões judiciais sobre a constitucionalidade de créditos de PIS e COFINS tomados pelas controladas e a autos de infração relativos a ICMS no Estado de São Paulo e Santa Catarina.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

A partir de 15 de março de 2017, as controladas deixaram de incluir o ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS) e para a COFINS, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF nessa data. Adicionalmente, as controladas possuem processo judicial ativo sobre o tema do qual detém decisão favorável conforme trânsito em julgado de 13 de dezembro de 2018.

As reversões registradas correspondem quase em sua totalidade a prescrição de prazo para questionamento do Fisco em assuntos passíveis de discussão judicial referente a créditos de PIS e COFINS tomados e a composição de base de cálculo para tributação de imposto de renda e contribuição social.

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Cíveis	840
Reclamações trabalhistas	16.429
Riscos tributários (*)	<u>411.890</u>
Total	<u>428.319</u>

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 23 de maio de 2019 foi constituída a Vivara Participações, registrada na Junta Comercial de São Paulo, com posterior alteração contratual em 15 de junho de 2019 que transformou o tipo societário da Companhia, de sociedade limitada em sociedade por ações, aprovando a conversão das cotas sociais representativas do capital social em ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Neste ato também consolidou o capital social no valor de R\$651.909, totalmente subscrito e integralizado.

Em 15 de agosto de 2019, conforme deliberado em Assembleia Geral extraordinária os sócios, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 3 (três) ações para cada 1 (um) ação ordinária existente, cujas frações foram canceladas, resultando em um total de 217.303.107 ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias

Em 8 de outubro de 2019 foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou, no âmbito da Oferta Pública de Ações, a fixação do preço de emissão de R\$24,00 por ação. O preço por ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding").

Em 10 de outubro de 2019 foi concluída a Oferta Pública de Ações, passando a Companhia a ser listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código VIVA3. A oferta primária foi de 18.894.662 ações (R\$453.472) e a oferta secundária 66.131.317 ações (R\$1.587.152).

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Os custos de emissão das ações no âmbito da Oferta Pública de Ações contemplam as comissões pagas aos Bancos e Corretoras, honorários dos auditores externos, consultores e advogados, taxas de registro e demais gastos relacionados a oferta e totalizaram R\$53.041.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é distribuído da seguinte forma:

Vivara Participações	31/12/2019	
	Ações ordinárias	Total
Nelson Kaufman	46.734.605	46.734.605
Marcio Monteiro Kaufman	51.743.159	51.743.159
Marina Kaufman Bueno Netto	33.263.460	33.263.460
Paulo Kruglensky	11.087.819	11.087.819
Ações em circulação	93.368.726	93.368.726
Total	236.197.769	236.197.769

b) Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para os incentivos fiscais:

- Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024.
- De subvenção para investimento e custeio, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pará.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	01/06/2019	Adições	Baixas	31/12/2019
Incentivos ICMS	-	45.892	-	45.892
Incentivo Lucro da Exploração	-	15.510	-	15.510
Total	-	61.402	-	61.402

c) Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).
- Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu R\$5.942 em dividendos de suas controladas e distribuiu R\$2.942 em dividendos aos controladores.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

Em 20 de dezembro foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio à razão de R\$0,163496 (centavos de real) por ação, totalizando R\$40.000 com base nos lucros auferidos em 2019. O pagamento será efetuado em parcela única, até 10 (dez) dias após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020, com a retenção de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 27 de dezembro de 2019, passando as ações, a serem negociadas "ex-direito" aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 30 de dezembro de 2019.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do período	257.791
Lucros não realizados em operações de controladas	<u>(205.084)</u>
Base de cálculo para Reserva Legal	52.887
Reserva Legal (5%)	<u>(2.644)</u>
Base de cálculo para dividendos	<u>50.243</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.561
Distribuição adicional de Juros sobre capital próprio	<u>27.439</u>

A Companhia receberá de suas controladas o montante bruto de R\$71.500 (R\$60.775 líquido dos impostos) a título de Juros sobre o Capital Próprio referente aos lucros auferidos em 2019.

d) Lucros não realizados em operações de controladas

A Companhia registrou em prejuízos acumulados, os saldos de lucros não realizados em operações entre suas controladas. Os lucros não realizados se referem aos produtos adquiridos pela Tellerina da sua coligada Conipa e que não foram revendidos para terceiros na data do aporte de capital em 15 de junho de 2019. Os saldos dessas operações foram registrados considerando o efeito líquidos dos impostos sobre o lucro e contribuição social.

19. PARTES RELACIONADAS

<u>Saldos</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
<u>Ativo</u>		
Juros sobre capital próprio a receber:		
Tellerina	35.275	-
Conipa	<u>25.500</u>	-
Total	<u>60.775</u>	-
<u>Circulante</u>		
Total	<u>60.775</u>	-
<u>Passivo</u>		
Aluguéis a pagar:		
Etna Comércio de Móveis e Artigos para Decoração S.A. (a)	-	<u>88</u>
Total	<u>-</u>	<u>88</u>

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2019
Saldos		
<u>Circulante</u>	-	88
<u>Total</u>	-	88

- (a) Aluguel a pagar com vencimento no mês subsequente, corrigido anualmente pelo IPCA, e com previsão de multa de 10% no pagamento fora do prazo, conforme contrato firmado de sublocação de imóvel para fins não residenciais, com vigência até setembro de 2020.

O empréstimo com o Banco Santander - Resolução 4131 (conforme nota explicativa nº 17) tinha como garantia, sem custo para a Companhia, uma aplicação financeira de uma empresa de um dos acionistas da Vivara. Em novembro esta garantia foi substituída e a operação passou a ser garantida pelos ativos da Tellerina.

Em 15 de agosto de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em até R\$20.000, tendo sido pagos e provisionados os seguintes montantes em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado 31/12/2019		
	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	560	-	560
Diretores estatutários	<u>2.456</u>	<u>13.470</u>	<u>15.926</u>
Total	<u>3.016</u>	<u>13.470</u>	<u>16.486</u>

Adicionalmente, em 15 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a "Política de Remuneração" da Companhia que tem como base a negociação individual com cada um desses membros, orientada entre outros fatores, por pesquisas salariais ao setor de varejo, principalmente advinda de similares de atuação da Companhia, observadas as disposições da referida política. Em 31 de dezembro de 2019, os salários, encargos sociais e benefícios têm sido pagos e provisionados os seguintes montantes:

	Consolidado 31/12/2019		
	Fixa	Variável	Total
Diretores estatutários das subsidiárias e diretores executivos	<u>3.125</u>	<u>10.801</u>	<u>13.926</u>
Total	<u>3.125</u>	<u>10.801</u>	<u>13.926</u>

Notas Explicativas S.A. e Controladas**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	268.275	317.242
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(91.214)	(107.863)
Diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	91.606	(424)
Outras diferenças permanentes	14	4.303
Juros sobre o capital próprio a pagar	13.600	13.600
Juros sobre o capital próprio a receber	(24.310)	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	15.510
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	15.603
Total	<u>(10.304)</u>	<u>(59.271)</u>
Correntes	(10.304)	(60.151)
Diferidos	-	880
Total	<u>(10.304)</u>	<u>(59.271)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	769
Provisão para perdas dos estoques	5.381
Provisão despesas	58.509
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.234
Prejuízo fiscal	79.519
Total	<u>159.412</u>
Alíquota nominal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>54.200</u>

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor</u>
Até 1 ano	24.396
De 1 a 2 anos	21.693
De 2 a 3 anos	8.111
Total	<u>54.200</u>

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Receita bruta de vendas de mercadorias	1.136.150
Receita bruta de serviços prestados	3.988
Deduções da receita bruta:	
ICMS	(132.441)
COFINS	(62.113)
PIS	(14.104)
FTI (*)	(4.619)
ISS	(199)
Devoluções de vendas/trocas	(176.995)
Total	<u><u>749.667</u></u>

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza citado na nota explicativa nº 18 (R\$45.892 em 31 de dezembro de 2019).

(*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação.

22. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Custo de aquisição de mercadorias e matérias-primas e produtos para revenda	(200.174)
Pessoal	(13.258)
Aluguéis e condomínios	10
Depreciação e amortização	(939)
Energia, água e telefone	(364)
Fretes	(1.144)
	<u><u>(215.869)</u></u>

b) Despesas com vendas

	<u>Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Pessoal	(111.763)
Fretes	(14.376)
Despesas de marketing/vendas	(33.671)
Serviços profissionais contratados	(7.959)
Aluguéis e condomínios	(28.651)
Comissão sobre cartões	(15.941)
Energia, água e telefone	(3.516)
Outras despesas por natureza	(8.271)
	<u><u>(224.148)</u></u>

Notas Explicativas S.A. e Controladas

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	23/05/2019 a	23/05/2019 a
	31/12/2019	31/12/2019
Pessoal	(948)	(50.742)
Serviços profissionais contratados	(72)	(24.183)
Aluguéis e condomínios	-	(76)
Energia, água e telefone	-	(1.039)
Depreciação e amortização	-	(28.194)
Outras despesas por natureza	(144)	(17.164)
	<u>(1.164)</u>	<u>(121.398)</u>

23. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Essa visão está baseada nos seguintes fatores:

- A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas "on-line" e as vendas no canal B2B.
- As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas:
 - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção.
 - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado joalheiro e de moda internacional e de canais de distribuição.
- As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas.

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	23/05/2019 a
	31/12/2019
Receita bruta, menos devoluções	
Jóias	489.239
Life	286.736
Relógios	155.128
Acessórios	28.051
Serviços	3.988
Total	<u>963.142</u>

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

	<u>Consolidado</u>
	<u>23/05/2019 a</u>
	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta, menos devoluções	
Lojas	882.510
"On-line"	71.173
Outros	9.459
Total	<u>963.142</u>

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Consolidado</u>
	<u>23/05/2019 a</u>
	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(284)
Perdas esperadas de crédito	(36)
Créditos tributários (*)	103.658
Baixa de bens do ativo imobilizado	227
Outras receitas	1.007
Total	<u>104.758</u>

(*) Créditos de PIS e COFINS conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

25. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>23/05/2019 a</u>	<u>23/05/2019 a</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Rendimento de aplicações financeiras	11	4.320
Correção monetária (*)	-	58.944
Outras receitas financeiras	-	1.445
Total	<u>11</u>	<u>64.709</u>

(*) Refere-se substancialmente à atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS conforme mencionada na nota explicativa nº 9.

26. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>23/05/2019 a</u>	<u>23/05/2019 a</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(11.973)
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	(14.443)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(839)
Encargos sobre antecipações de recebíveis de operadoras de cartão de crédito	-	(2.591)
Tarifas bancárias	-	(1.981)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	-	(1.852)
Variação cambial passiva	-	(3.012)
Outras despesas financeiras	(1)	(3.698)
Total	<u>(1)</u>	<u>(40.389)</u>

Notas Explicativas S.A. e Controladas**27. LUCRO POR AÇÃO**

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído. O Grupo não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	<u>Controladora e Consolidado</u> 23/05/2019 a 31/12/2019
Lucro líquido do período	257.971
Denominador básico:	
Média ponderada do número de ações em circulação no período	224.282.216
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>1,15021</u>

28. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Inicialmente a Companhia reconheceu seus ativos e passivos de direito de uso de arrendamento com base na parcela líquida descontada pelos créditos de PIS e COFINS. Após análise das orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia procedeu o ajuste acumulado em 31 de dezembro, considerando na mensuração inicial e posteriores remensurações a parcela do arrendamento bruta, sem efetuar o desconto dos créditos de PIS e COFINS.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía 258 contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 80 contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica "Aluguéis e condomínios" demonstrada na nota explicativa nº 23, totalizam R\$12.563.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da DIXPRÉ, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Os 178 contratos de locação, classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 4 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,50% ao ano.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			
<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Qtd. contratos</u>	<u>Taxa de desconto</u>	<u>Taxa média de inflação futura</u>
4 anos	2	10,09%	4,10%
5 anos	10	10,67%	3,98%
6 anos	38	11,05%	3,88%
7 anos	16	11,36%	3,83%
8 anos	30	11,55%	3,75%
9 anos	49	11,72%	3,72%
10 anos	33	11,88%	3,64%
Total	<u>178</u>		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	<u>Consolidado</u> <u>23/05/2019 a</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	226.936
Adição de novos contratos	16.730
Remensuração	22.658
Encargos financeiros apropriados	14.443
Pagamentos de arrendamentos	<u>(31.368)</u>
Saldo no final do período	<u>249.400</u>
Passivo circulante	24.119
Passivo não circulante	<u>225.281</u>
Total	<u>249.400</u>

Conforme requeridos pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019:

Maturidade dos contratos	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Vencimento das prestações:	
2020	43.452
2021	43.452
2022	43.452
2023	43.364
2024	42.808
2025 em diante	<u>105.684</u>
Total das parcelas não descontadas	322.212
Juros embutidos	<u>(72.812)</u>
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	<u>249.400</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$29.805 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$23.069.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u> <u>23/05/2019 a</u> <u>31/12/2019</u>
Saldo no início do período	232.817
Adição de novos contratos	16.730
Remensuração	22.658
Custos diretos - pontos comerciais	<u>2.791</u>
Saldo no final do período	<u>274.996</u>
Despesa de amortização do período	(19.254)

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Assim, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, para resguardar a representação fidedigna da informação e para atender orientação das áreas técnicas da CVM, a Companhia calculou os valores considerando inflação futura projetada, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data base 02 janeiro de 2020.

Apresentamos a seguir os saldos comparativos entre os valores calculados de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 e o cenário com inflação projetada, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Análise do impacto das diferenças

	Saldo do passivo de arrendamento		
	IFRS 16	Ofício CVM	
2020	248.876	267.157	7,35%
2021	226.028	239.394	5,91%
2022	191.295	207.120	8,27%
2023	153.042	169.719	10,90%
2024	110.898	127.147	14,65%
2025	73.067	87.776	20,13%
2026	43.438	55.612	28,02%
2027	18.344	26.171	42,67%
2028	3.415	6.951	103,53%
2029	-	-	-

	Despesas financeiras		
	IFRS 16	Ofício CVM	
2020	(27.429)	(27.766)	1,23%
2021	(26.003)	(25.835)	(0,65%)
2022	(23.298)	(23.347)	0,21%
2023	(19.125)	(20.207)	5,66%
2024	(14.574)	(16.323)	12,00%
2025	(10.060)	(11.937)	18,66%
2026	(6.574)	(8.229)	25,18%
2027	(3.605)	(4.785)	32,74%
2028	(1.306)	(1.926)	47,44%
2029	-	-	-

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

	Direito de uso líquido		
	IFRS 16	Ofício CVM	
2020	234.399	248.712	6,11%
2021	204.031	218.878	7,28%
2022	165.268	185.761	12,40%
2023	127.094	149.261	17,44%
2024	89.372	109.801	22,86%
2025	57.278	74.145	29,45%
2026	34.131	46.169	35,27%
2027	15.207	21.524	41,54%
2028	3.933	5.820	47,99%
2029	-	-	-

	Despesas de Depreciação		
	IFRS 16	Ofício CVM	
2020	(36.111)	(38.452)	6,48%
2021	(38.827)	(40.203)	3,55%
2022	(39.164)	(42.021)	7,29%
2023	(38.502)	(43.814)	13,80%
2024	(37.982)	(45.056)	18,62%
2025	(32.278)	(39.467)	22,27%
2026	(23.263)	(30.489)	31,06%
2027	(18.994)	(26.006)	36,91%
2028	(11.298)	(16.161)	43,04%
2029	-	-	-

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Categorias de instrumentos financeiros**

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	8.239	435.844
Contas a receber	-	425.833
Subtotal	<u>8.239</u>	<u>861.677</u>
Valor justo por meio de resultado:		
Instrumentos derivativos	-	9.511
Total ativos financeiros	<u>8.239</u>	<u>871.188</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Fornecedores	-	36.421
Arrendamentos direito de uso a pagar	-	249.400
Empréstimos e financiamentos	-	270.354
Total passivos financeiros	<u>-</u>	<u>556.175</u>

b) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Notas Explicativas S.A. e Controladas

c) Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap".

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado			
	31/12/2019			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Santander	24.419	-	24.419
Resolução 4131	Banco Itaú	42.920	(42.949)	(28)
Resolução 4131	Banco Itaú	47.325	(47.350)	(26)
Total de empréstimos e financiamentos		114.664	(90.299)	24.365
Fornecedores estrangeiros (*)	-	14.961	-	14.961
Total da exposição cambial		129.625	(90.299)	39.326
Cotação dólar balanço		4,0307	4,0307	4,0307
Total da exposição em dólares		32.160	(22.403)	9.757

(*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

c.1) Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de "swap" com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

A Companhia possui um contrato de empréstimo para o qual não foi contratado instrumento derivativo "swap" em virtude das taxas de juros pactuadas nessa operação.

As operações de "swap" em aberto em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxas	Consolidado		
		Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2019 mercado a mercado -
Contratos de "swap"				
Posição ativa:				
Variação cambial - US\$	US\$5,5% a.a.	34.834	42.949	8.115
Posição passiva:				
Variação do CDI	CDI + 3,5% a.a.	34.834	34.834	-
Valor líquido a receber				8.115
Contratos de "swap"				
Posição ativa:				
Variação cambial - US\$	EUR 0,72% a.a.	45.954	47.350	1.396
Posição passiva:				
Variação do CDI	CDI + 3,5% a.a.	45.954	45.954	-
Valor líquido a receber				1.396

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Descrição	Taxas	Consolidado		Efeito acumulado até 31/12/2019 mercado a mercado -
		Valor de referência (nocial)	Valor justo	
Total geral do valor líquido a receber				<u>9.511</u>

O saldo ativo de R\$9.511 refere-se ao ajuste líquido a receber, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2019, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica "Instrumentos derivativos".

d) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos equivalentes registrados no balanço patrimonial, tornando as operações atreladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Total da exposição cambial	129.625
Valor nocional dos derivativos financeiros	<u>(90.299)</u>
Exposição cambial líquida	<u>39.326</u>

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$39.326, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$4,0307.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$4,3190 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. Nos cenários II e III foram projetados a 25% e 50% respectivamente a valorização do dólar norte-americano.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	9.757	9.757	9.757
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	39.326	39.326	39.326
Valor justo projetado (em moeda local)	42.139	52.674	63.209
Impacto da variação cambial	2.813	13.348	23.882
Taxa do dólar norte-americano	4,3190	5,3987	6,4785

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2019 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir, está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

Notas Explicativas S.A. e ControladasConsolidado

Total dos empréstimos e financiamentos expostos ao CDI 155.689

A Administração entende que, considerando um baixo risco de grandes variações no CDI em 2019, entretanto na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 25% e 50% da taxa do CDI respectivamente.

<u>Risco do Grupo</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Financiamentos expostos a variação do CDI	155.689	155.689	155.689
Valor justo projetado	155.689	158.009	160.329
Impacto da variação do CDI	-	2.320	4.640
Taxa do CDI	5,96%	7,45%	8,94%

e) Gestão de risco de crédito

As vendas são efetuadas para um grande número de clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado.

f) Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	36.421	-	-	-	36.421
Empréstimos e financiamentos	204.817	56.895	28.535	-	290.247
Arrendamentos direito de uso a pagar	43.452	43.452	129.623	105.684	322.211

g) Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Notas Explicativas

Vivara Participações S.A. e Controladas

Em 31 de dezembro de 2019, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2. O valor justo de recebíveis de administradoras de cartões de crédito são avaliados no Nível 2.

30. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia aprovou em 18 de setembro de 2019 plano de remuneração baseado em ações ("Plano"), o qual possui os seguintes termos e condições:

(a) Termos e condições gerais

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração.

Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:

- a) A criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, a solução de dúvidas de interpretação do Plano.
- b) A eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas.
- c) A aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observadas as determinações do Plano.
- d) A emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas, nos termos do Plano e da ICVM 567.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

Em 31 de dezembro de 2019 não houve outorga de ações aos beneficiários.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

- Danos materiais estoque - R\$172.619 (vigente até fevereiro de 2020).
- Danos patrimoniais e frotas - R\$14.400 (vigente até abril de 2020).

Notas Explicativas S.A. e Controladas**32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Nas últimas semanas, a Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais. A Companhia vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde de nosso negócio. É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a Companhia não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

A Companhia reforça possuir solidez financeira, dispondo de alta liquidez imediata, além de contas a receber no valor de R\$425.833, estoques de metais preciosos e produtos acabados de R\$348.034, recursos materiais para atravessar esse período desafiador.

33. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas e aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2020.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores do Vivara Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Registro dos efeitos da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

Porque é um PAA

As controladas da Companhia possuem compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passaram a ser requeridas a contabilizar essas operações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Esse novo pronunciamento técnico introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) refere-se à adoção de um pronunciamento técnico que apresentou um efeito material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) há julgamento envolvido quanto às taxas de juros consideradas para cálculo dos valores do passivo; (iii) há julgamento envolvido na determinação dos prazos a serem considerados em cada contrato de arrendamento mercantil; e (iv) há julgamento aplicado na contabilização inicial com relação às regras de transição.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a discussão sobre os critérios utilizados para identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil, prazos desses arrendamentos e taxas de desconto utilizadas; (ii) a análise das políticas contábeis estabelecidas pela Administração em comparação com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16; (iii) o teste documental através de amostragem dos contratos de arrendamento operacional, base para o cálculo, e adequação dos fluxos de arrendamento e critérios de cálculo para determinar os efeitos nas demonstrações financeiras; e (iv) o envolvimento dos nossos especialistas para análise das premissas da Administração na adoção da taxa de desconto e nos cálculos efetuados para determinar os efeitos da adoção desse novo pronunciamento técnico.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e os critérios para avaliação dos efeitos de adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de 23 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da

Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a

Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo de Figueiredo Seixas

Contador

CRC nº 1 PR 045179/O-9

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria, Risco e Finanças da Vivara Participações S.A. (doravante também referida como Vivara) é composto por dois conselheiros independentes e um membro da companhia, sendo este o Especialista Financeiro do Comitê, nomeados a cada dois anos pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis e as melhores práticas internacionais.

Atividade do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, Risco e Finanças foi instalado no dia 15 de agosto de 2019 e reuniu-se pela primeira vez em 30 de outubro de 2019, logo após a conclusão da Oferta Pública de Ações, da Vivara.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria

Auditoria e Riscos

Segregadas e definidas as responsabilidades da Auditoria Interna e de Compliance, sendo que esta última passou a concentrar os processos de Compliance (criação de ambiente e cultura de cumprimento de marcos regulatórios e normas relacionadas a princípios e valores), Riscos (matriz de risco e classificação de risco), Controles Internos (determinação dos controles internos que respondam aos riscos identificados) e Jurídico - identificação e interpretação de leis que impactem os negócios). Foi demandado o diagnóstico de maturidade da gestão de riscos e compliance, proposições de planos de ação e declaração de apetite ao risco.

Gestão financeira, provisões e indicadores

Apresentados:

Business plan para os próximos cinco anos;

Plano de expansão detalhado de 2020;

Resultado do 3º trimestre de 2019;

Prévia do orçamento 2020; e

Estrutura tributária.

Auditoria Independente

Os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) apresentaram o Plano de Auditoria elaborado para 2019 e as principais conclusões sobre os trabalhos findos em 31 de dezembro de 2019.

O comitê procedeu a avaliação formal da auditoria independente com a conclusão satisfatória, inclusive com a sua independência.

Conclusão

Ponderadas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria, Risco e Finanças julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2019, recomendando, assim, sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 16 de março de 2020.

Simone Vilmsom Tcheou - Coordenadora do Comitê, especialista financeiro e Diretora de controladoria da Companhia

João Cox Neto

Fábio José Silva Coelho

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 23 de março de 2020.

Márcio Monteiro Kaufman – Diretor Presidente

Paulo Kruglensky – Diretor Vice Presidente de Operações

Josemir da Silva – Diretor Financeiro

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer – Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 23 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 23 de março de 2020.

Márcio Monteiro Kaufman – Diretor Presidente

Paulo Kruglensky – Diretor Vice Presidente de Operações

Josemir da Silva – Diretor Financeiro

Otávio Chacon do Amaral Lyra – Diretor de Relações com Investidores

Carla Rosana Shrott Sauer – Diretora de Recursos Humanos

Marina Kaufman Bueno Neto – Diretora de Marketing